

編號：第 392/2013 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 公司

日期：2016 年 7 月 14 日

主要法律問題：扣押物

摘 要

透過扣押筆錄，從兩嫌犯在案發當日被截查及在其身上查獲相關賭場的現金籌碼，再結合已證事實中三名嫌犯的作案方式，可以定論，有關現金籌碼是各嫌犯透過非法方式從受害公司處取得的，亦即是說，有關籌碼是屬於受害公司的。

另一方面，上述籌碼並不對人身安全、公共道德又或公共秩序構成危檢，因此，不符合《刑法典》第 101 條所規定的須充公的條件。

另外，雖然根據已證事實，三名嫌犯對受害公司(輔助人)所造成的損失為八萬圓港幣，而受害公司亦已於庭審前接收了由第一及第二嫌犯所支付的，數額為八萬圓港幣的賠償金額，但這並不妨礙受害公司取回屬於其所擁有的籌碼。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 392/2013 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 公司

日期：2016 年 7 月 14 日

一、案情敘述

於 2013 年 4 月 8 日，在初級法院刑事法庭第 CR1-12-0078-PCC 號卷宗內裁定：「判決確定後，將案中扣押的作為犯罪聯絡工具的手提電話和附件以及曾作為犯罪工具和犯罪所得的現金和現金籌碼沒收充公歸澳門特區所有。」

輔助人 A 公司不服，向本院提起上訴，並提出了有關的上訴理由。¹

¹ 其葡文結論內容如下：

1. Encontram-se apreendidos nos autos, entre outros objectos, cinco fichas do Casino B com o valor facial de HKD10,000.00 cada, cinco fichas do mesmo Casino B com o valor facial de HKD1,000.00 cada e doze mil dólares de Hong Kong;
2. Por acórdão proferido nos autos em 8 de Abril de 2013, o Ilustre Tribunal declarou os referidos numerário e fichas perdidos a favor da RAEM;
3. Essa decisão não só padece de falta de fundamentação como viola o disposto no n.º 2 do artigo 355.º e no n.º 2 do artigo 171.º ambos do CPP, este último conjugado com o disposto no artigo 101.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 102.º, ambos do CP;
4. Com efeito, na parte em que se pronuncia acerca do destino a dar às coisas ou objectos relacionados com o crime e que se encontram apreendidos nos autos, o Ilustre Tribunal *a quo* limita-se a referir, sem mais, o seguinte: “Depois do trânsito em julgado do acórdão,

-
- apreenda-se os instrumentos de contacto na prática de crimes, nomeadamente os telemóveis e acessórios, bem como os numerários e fichas adquiridos no crime, a favor da RAEM”, sem, no entanto, fazer qualquer alusão aos factos concretos que determinam essa decisão nem, tão pouco, aos dispositivos legais nos quais a funda;
5. O destino a dar aos objectos apreendidos nos autos não se funda num qualquer poder discricionário dos tribunais mas sim na lei, a qual define concretamente os termos e as condições nos quais os aqueles deverão ser devolvidos a quem de direito ou poderão ser declarados perdidos a favor da RAEM;
 6. Donde resulta, inevitavelmente, que qualquer decisão a este respeito deverá ser devidamente fundamentada, quer no que concerne aos factos em que ela se baseia como nos normativos em que se estriba, sob pena de ser considerada ilegal por falta de fundamentação;
 7. Ora, face ao exposto, resulta claro que a decisão em crise padece de falta de fundamentação fáctica e legal, o que viola os mais basilares princípios do direito processual e, particularmente, o disposto o artigo 355.º do CPP.
 8. Por outro lado, segundo o estabelecido no n.º 2 do artigo 171.º do CPP, os objectos apreendidos nos processos penais são restituídos a quem de direito, salvo se tiverem sido declarados perdidos a favor da RAEM, naturalmente, se e acaso tal declaração for, ela própria, legalmente admissível;
 9. De acordo com os artigos 101.º e 102.º do CP, apenas podem ser declarados perdidos a favor da RAEM os objectos que, tendo servido ou se tenham destinado a servir para a prática do crime ou que por este tiverem sido produzidos, pelo sua natureza ou pelas circunstâncias do caso, ponham em risco a segurança das pessoas ou a moral ou ordem públicas ou ofereçam sério risco de serem utilizados para o cometimento de novos crimes, sendo certo que, ainda que tal aconteça, essa perda nunca poderá ter lugar, entre outras, se os objectos não pertencerem aos agentes do crime no momento em que a perda for decretada;
 10. No caso dos autos, conforme decorre dos factos dados por provados, os arguidos, aproveitando-se do facto de o 1.º arguido ser croupier no Casino B, operado pela Recorrente, foram por diversas vezes trocar fichas na mesa onde aquele se encontrava a trabalhar e receberam, pelo menos, o dobro do valor das fichas que de cada vez se “propuseram” a trocar, consubstanciando tal prática, pela especial qualidade de funcionário do 1.º arguido, crime de peculato;
 11. Tal como o Ilustre Tribunal *a quo* reconhece no segmento decisório em crise, o numerário e as fichas em causa foram adquiridos no crime, donde se conclui que foram ilegítimamente adquiridos à custa precisamente da Recorrente, ofendida e lesada nos autos;
 12. Estes factos foram devidamente confessados pelos arguidos na audiência de discussão e julgamento, tal como foi expressamente declarado e reconhecido por todos eles que o dinheiro e as fichas apreendidos deveriam ser entregues directamente à A, conforme se pode confirmar pela gravação das declarações dos arguidos prestadas naquela audiência;
 13. Neste sentido, não se pode dizer que a entrega à Recorrente do dinheiro e das fichas apreendidas nos autos, os quais, conforme o Ilustre Tribunal *a quo* reconhece, foram adquiridos pela prática do crime contra si cometido, possa de alguma forma pôr em risco a segurança das pessoas ou a moral ou ordem públicas ou oferecer sério risco de estes serem utilizados para o cometimento de novos crimes;
 14. Mas mais. Independentemente do referido no parágrafo anterior, a verdade é que os próprios arguidos admitiram perante o Ilustre Tribunal *a quo* que o numerário e as fichas em causa deveriam ser entregues à Recorrente, o que equivale a reconhecer e a admitir que

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 《刑法典》第 103 條第 2 款規定將物件返還被害人的目的是重建被害人的權利，而非令其因犯罪行為有所得益。
2. 根據判決書中第 4 點、第 5 點、第 6 點、第 9 點和第 10 點獲證事實，顯示本案對上訴人造成合共港幣 80,000 元的損失，而其中兩名嫌犯已向上訴人支付了等額的損害賠償，可見上訴人的損失已完全獲得彌補，故原審法院將案中扣押的籌碼充公歸澳門特區所有的做法正確。
3. 原審法院已就有關決定清楚說明理由，故沒有沾有欠缺說明理由的瑕疵。
4. 基於此，本院認為被上訴的決定沒有違反《刑法典》第 101 條至第 103 條、《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款的規定，有關決定應予維持，並請求判處上訴理由不成立。

最後，請求尊敬的中級法院一如既往地作出公正裁判！

-
- aqueles objectos não lhes pertencem verdadeiramente mas sim à aqui Recorrente;
15. Neste sentido, nem se encontram verificadas as condições para que os objectos em causa sejam declarados perdidos a favor da RAEM, nos termos do artigo 101.º do CP, como esta declaração está excluída à partida pelo artigo 102.º do CP, porquanto estes objectos não pertencem aos arguidos mas sim à Recorrente;
 16. Assim, conforme estabelecido no artigo 171.º do CPC, não podendo esses objectos ser declarados perdidos a favor da RAEM, deverão ser restituídos a quem de direito, ou seja, à Recorrente, repete-se, tal como expressamente declarado por todos os arguidos, sem excepção.
 17. Face ao exposto, resulta claro que, para além de infundada, conforme já acima demonstrado, a decisão sub judice foi tomada ao arrepio dos dispositivos legais que regulamentam esta matéria, razão pela qual deverá a mesma ser revogada e substituída por outra que determine a entrega à Recorrente do numerário e das fichas apreendidas nos autos.

Nestes termos, e nos melhores de Direito que Vossas Excelências mui doutamente suprirão, deve ser dado provimento ao presente recurso e alterado segmento decisório recorrido, assim se fazendo a tão acostumada JUSTIÇA!

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中所提出的觀點，認為上訴人所提出的上訴理由不成立，並應予以駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 第一嫌犯 E 於 2011 年 2 月 7 日起在澳門 B 娛樂場任職莊荷，其與第二嫌犯 C 及第三嫌犯 D 為朋友關係。
2. 按照上述娛樂場的工作程序，莊荷於當值期間為客人兌換現金籌碼數額超過\$5,000 圓時，莊荷須先以籌碼識別器檢查籌碼的真偽及通知當值主任，如莊荷接收客人的現金籌碼及將兌換的現金籌碼給予客人時，其須將相關籌碼逐一在賭檯上排列展示。
3. 2011 年 2 月某日，第一嫌犯 E 決定利用職務之便，尋找同伙到其當值的賭檯假扮賭客要求兌換現金籌碼，由其將現金籌碼以多於兌換標準給予同伙，彼等再瓜分多出的現金籌碼，為此，第一嫌犯將上述計劃告知第二嫌犯 C 並獲後者同意。
4. 2011 年 2 月 19 日凌晨 3 時 26 分，第二嫌犯 C 前往 B 娛樂

場尋找當值的第一嫌犯 E，其將 1 個面值港幣\$5,000 圓及 5 個面值港幣\$1,000 圓的現金籌碼交予第一嫌犯，當時，第一嫌犯將第二嫌犯交出的現金籌碼逐個攤開排列展示，並從珠盤內取出 2 個面值港幣\$10,000 圓的現金籌碼直接交予第二嫌犯，第二嫌犯取得有關籌碼後立即離開。

5. 2011 年 2 月 20 日凌晨約零時 11 分及 1 時 53 分，第二嫌犯 C 進入 B 娛樂場並兩次前往第一嫌犯 E 當值的賭檯，其每次將 1 個面值港幣\$5,000 圓及 5 個面值港幣\$1,000 圓的現金籌碼交予第一嫌犯，期間，第一嫌犯將第二嫌犯交出的現金籌碼逐個攤開排列展示，再從珠盤內取出 2 個面值港幣\$10,000 圓的現金籌碼直接交予第二嫌犯，第二嫌犯取得有關籌碼後隨即離開。
6. 2011 年 2 月 21 日凌晨約零時 22 分及 59 分，第二嫌犯 C 進入 B 娛樂場並兩次前往第一嫌犯 E 當值的賭檯，其每次將 10 個面值港幣\$1,000 圓的現金籌碼給予第一嫌犯，期間，第一嫌犯將第二嫌犯交出的現金籌碼逐個攤開排列展示，再從珠盤內取出 2 個面值港幣\$10,000 圓的現金籌碼直接交予第二嫌犯，第二嫌犯取得籌碼後隨即離開。
7. 2011 年 2 月 28 日，第一嫌 E 犯將上述計劃以電話告知第三嫌犯 D，當時，第三嫌犯表示無錢兌換，並詢問第一嫌犯是否安全，就此，第一嫌犯向第三嫌犯表示賭場保安鬆散，且用作兌換的金錢由其提供，第三嫌犯為此表示同意。
8. 2011 年 3 月 1 日中午約 1 時，第一嫌犯 E 相約第三嫌犯 D 於澳門.....的街道見面，其給予第三嫌犯 11 張面值港幣\$1,000 圓及 4 張面值澳門幣\$1,000 圓的現金，並著第三嫌犯

當天晚上到第一嫌犯當值的賭檯兌換現金籌碼，第一嫌犯將多兌現金籌碼予第三嫌犯，雙方約定待第一嫌犯下班後瓜分有關所得。

9. 同日即 2011 年 3 月 1 日晚上約 8 時 44 分及 50 分，第二嫌犯 C 進入 B 娛樂場並兩次前往第一嫌犯 E 當值的一樓 XX 第 XX 號百家樂賭檯，每次將 10 個面值港幣\$ 1,000 圓的現金籌碼給予第一嫌犯，第一嫌犯將第二嫌犯交出的籌碼逐個攤開排列展示，再從珠盤取出 2 個面值港幣\$ 10,000 圓的現金籌碼交予第二嫌犯，第二嫌犯取得有關籌碼後立即離開上述賭檯。
10. 2011 年 3 月 1 日晚上約 9 時 9 分，第三嫌犯 D 進入 B 娛樂場並前往第一嫌犯 E 當值的上述賭檯，其將 10 個面值港幣\$ 1,000 圓的籌碼給予第一嫌犯，第一嫌犯將第三嫌犯交出的現金籌碼逐個攤開排列展示，再從珠盤取出 2 個面值港幣\$ 10,000 圓的現金籌碼交予第三嫌犯，第三嫌犯取得有關籌碼後立即離開上述賭檯。
11. 三名嫌犯 E、C 和 D 的行為過程均被娛樂場的錄像系統攝錄，相關光碟已扣押在案(參見卷宗第 51 頁及第 150 頁所指光碟)。
12. 同日 2011 年 3 月 1 日晚上 8 時至 9 時期間，B 娛樂場監控部主任 F 過閉路電視系統發現第一嫌犯 E 於當值期間過多兌換籌碼予第二嫌犯 C 及第三嫌犯 D，為此，其通知保安員截查三名嫌犯并報警求助。
13. 第一嫌犯 E 明知其為賭博專營公司的職員，其利用工作之便，分別聯同第二嫌犯 C 及第三嫌犯 D 共同合意、合謀、

合力，分工合作，將屬 B 娛樂場的現金籌碼多兌換予第二嫌犯及第三嫌犯。

14. 第二嫌犯 C 及第三嫌犯 D 明知第一嫌犯 E 之身份且第一嫌犯以不正當途徑向彼等提供多出兌換的籌碼，但第二嫌犯和第三嫌犯仍取去有關籌碼。
15. 三名嫌犯 E、C 和 D 之目的在於獲取不正當利益。
16. 三名嫌犯 E、C 和 D 清楚知道其行為屬法律禁止且受法律的相應制裁。

此外，審判聽證亦證實以下事實：

17. 第一嫌犯 E 和第二嫌犯 C 於庭審前已向被害人銀河娛樂場股份有限公司支付港幣八萬圓的賠償（參見卷宗第 320 頁文件）。
18. 第一嫌犯 E 聲稱從事地產中介工作，高中一年級學歷，需贍養父母。
19. 刑事紀錄證明顯示，第一嫌犯並非初犯，其於 2011 年 9 月 30 日因觸犯《刑法典》第 227 條第 1 款規定和處罰的一項贓物罪，在 CR2-11-0023-PCC 號卷宗被判處一年六個月徒刑，緩刑兩年，緩刑條件為在 90 天期間內向澳門特區支付澳門幣兩萬圓捐獻；嫌犯已支付相關金額。
20. 第二嫌犯 C 聲稱為兼職的士司機，月薪約為澳門幣一萬圓，高中畢業，需贍養父母。
21. 刑事紀錄證明顯示，第二嫌犯 C 並非初犯，其於 2010 年 12 月 7 日因觸犯《刑法典》第 340 條第 1 款、第 336 條第 2 款 c) 項及第 29 條第 2 款規定和處罰的一項公務上的侵占罪，在 CR1-08-0288-PCC 號卷宗被判處一年九個月徒刑，

緩刑兩年。

22. 第三嫌犯 D 聲稱為裝修工人，月薪約澳門幣九千至一萬二千圓，小學六年級學歷，需贍養母親。
23. 刑事紀錄證明顯示，第三嫌犯為初犯。

未證事實：

1. 2011 年 2 月 19 日凌晨 3 時 26 分，第一嫌犯 E 從珠盤內取出可能為 3 個面值港幣\$10,000 圓的現金籌碼直接交予第二嫌犯 C。
2. 2011 年 2 月 20 日凌晨約零時 11 分及 1 時 53 分，第一嫌犯 E 兩次從珠盤內取出每次可能為 3 個面值港幣\$10,000 圓的現金籌碼直接交予第二嫌犯。
3. 2011 年 2 月 21 日凌晨約零時 22 分及 59 分，第一嫌犯 E 兩次從珠盤內取出每次可能為 3 個面值港幣\$10,000 圓的現金籌碼直接交予第二嫌犯。

另外，根據卷宗第 16 頁扣押筆錄，2011 年 3 月 1 日，警員在第三嫌犯 D 身上查獲及扣押 2 個壹萬圓港圓現金籌碼及 5 個壹仟圓港圓現金籌碼。

根據卷宗第 44 頁扣押筆錄，2011 年 3 月 1 日，警員在第二嫌犯 C 身上查獲及扣押 3 個壹萬港圓現金籌碼。

三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 扣押物

1. 上訴人(輔助人)認為案中被扣押的賭場現金籌碼是屬於上訴人的，因此，原審判決充公被扣押的現金籌碼的決定違反《刑事訴訟法典》第 171 條第 2 款及《刑法典》第 101 及 102 條的規定，以及沒有說明理由而違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款的規定。

《刑事訴訟法典》第 171 條第 2 款規定：

“二、判決一旦確定，扣押之物件須返還予對之有權利之人，但宣告喪失而歸澳門特別行政區所有之物件除外。”

《刑法典》第 101 條規定：

“一、用於或預備用於作出一符合罪狀之不法事實之物件，或該不法事實所產生之物件，如基於其性質或案件之情節，係對人身安全、公共道德或公共秩序構成危險，或極可能有用於再作出符合罪狀之不法事實之危險者，須宣告喪失而歸本地區所有。

二、即使無任何人可因該事實而受處罰，上款之規定，亦適用之。

三、對於依據以上兩款之規定宣告喪失之物件，如法律未訂明特別用途，法官得命令將之全部或部分毀滅，或使之不能融通。”

《刑法典》第 102 條規定：

“一、在作出事實之日，或在作出物件喪失之命令時，如物件不屬任何作出該事實之行為人或該事實之受益人，則不喪失該物件，但不影響以下兩款之規定。

二、即使物件屬第三人，如物件之權利人曾以可譴責之方式共

同參與使用或產生該等物件，或曾自事實中獲取利益，又或物件係在事實作出後以任何方式被取得，而取得者知悉其來源者，須作出喪失物件之命令。

三、如物件為載於屬善意第三人之紙張、其他器具或視聽表達工具內之登錄、圖樣或紀錄，則不喪失該物件，而在消除成為符合罪狀之不法事實一部分之登錄、圖樣或紀錄後，將該等紙張、器具或工具返還；如此為不可能者，法院須命令將之毀滅，並依據民法之規定作出損害賠償。”

《刑法典》第 103 條規定：

“一、給予或承諾給予作出一符合罪狀之不法事實之行為人之酬勞，不論係行為人或他人收受，悉歸本地區所有。

二、行為人透過符合罪狀之不法事實直接取得之物、權利或利益，不論係為其本人或為他人取得，亦歸本地區所有，但不影響被害人或善意第三人之權利。

三、以上兩款之規定，適用於以透過符合罪狀之不法事實直接得到之物或權利作交易或交換而獲得之物或權利。

四、以上各款所指之酬勞、物、權利或利益不能作實物收歸者，須向本地區支付有關價額以代替喪失。”

首先，原審法院判決如下：

「判決確定後，將案中扣押的作為犯罪聯絡工具的手提電話和附件以及曾作為犯罪工具和犯罪所得的現金和現金籌碼沒收充公歸澳門特區所有。」

雖然原審法院上述裁決比較簡短，但是說明了因有關物品曾作

為犯罪工具和犯罪所得，所以需要被充公。故此，盡管理由可以更詳盡闡述，但也不能說上述裁決沒有說明理由。

然而，透過扣押筆錄，從兩嫌犯在案發當日被截查及在其身上查獲相關賭場的現金籌碼，再結合已證事實中三名嫌犯的作案方式，可以定論，有關現金籌碼是各嫌犯透過非法方式從受害公司處取得的，亦即是說，有關籌碼是屬於受害公司的。

另一方面，上述籌碼並不對人身安全、公共道德又或公共秩序構成危檢，因此，不符合《刑法典》第 101 條所規定的須充公的條件。

另外，雖然根據已證事實，三名嫌犯對受害公司(輔助人)所造成的損失為八萬圓港幣，而受害公司亦已於庭審前接收了由第一及第二嫌犯所支付的，數額為八萬圓港幣的賠償金額，但是由於並不符合《刑法典》第 101 條所規定的情況，法院必須將有關籌碼退回予擁有人，即輔助人。

故此，原審法院之裁決應予撤銷，並宣告將扣押籌碼退回輔助人。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人的上訴理由成立，撤銷原審裁決，並將扣押籌碼退回輔助人。

本上訴不科處訴訟費用。

著令通知。

2016 年 7 月 14 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)